

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR
PORTARIA Nº 12.604/2025

Interessado: Município de Papanduva/SC

Processada: MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA
(CNPJ nº 27.284.516/0001-61)

Comissão (Portaria nº 12.604):

Izaque Barbosa Fernandes (Matrícula nº 811) – Presidente

Ethan Horta Faccioli Pereira (Matrícula nº 5726) – Secretário

Ricardo Tomporoski Jacobs (Matrícula nº 5870) – Membro

1. Objeto da Apuração

1.1. A presente Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) foi instituída pela Portaria nº 12.604, com o objetivo de apurar a conduta e eventual responsabilidade da empresa MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA diante de irregularidades na manutenção do veículo de placa SXD0D71.

1.2. A investigação foi motivada pela Notícia de Fato n. 01.2025.00046825-1, encaminhada pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). A denúncia principal consistia em:

a) O veículo (Van Iveco), então alocado à Secretaria de Saúde, foi supostamente encaminhado para manutenção na oficina Dyzel Pikap Ltda., credenciada da Maxifrota.

b) Em 05 de agosto de 2025, durante o suposto período de manutenção, o veículo foi flagrado no Município de Major Vieira sendo utilizado para o transporte e entrega de mercadorias particulares da Oficina Dyzel Pikap à prefeitura daquela cidade.

c) Havia a suspeita de que a Ordem de Serviço (OS) nº 1045912 teria sido emitida pela Secretaria Municipal da Assistência Social de Papanduva de forma retroativa, com o intuito de "regularizar" administrativamente o serviço prestado sem autorização prévia, configurando uma possível falha de controle ou conivência do sistema de gestão da Maxifrota.

1.3. O foco desta Comissão foi determinar se a empresa MAXIFROTA, por meio de seu sistema de gestão, falhou em seus deveres de controle ou se sua plataforma permitiu as irregularidades apontadas.

2. Diligências e Instrução Processual

2.1. Para a devida apuração dos fatos, a Comissão realizou as seguintes diligências:

a) Ata da 1ª Reunião (16/09/2025): Análise inicial dos documentos e vídeos enviados pelo MPSC. Deliberação pelo envio de ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social solicitando a documentação referente ao serviço (Dispensa de Licitação e Ordem de Serviço).

b) Ata da 2ª Reunião (02/10/2025): Deliberação pela notificação formal da empresa MAXIFROTA (Ofício nº 03/2025), solicitando esclarecimentos técnicos sobre:

b1) A existência de registros de OS para o veículo SXD0D71 na oficina Dyzel Pikap.

b2) A existência da OS nº 1045912.

b3) Mecanismos de controle que impeçam a emissão de Ordens de Serviço com datas retroativas.

- Recebimento de Respostas:

- Defesa da Oficina Dyzel Pikap Ltda. (01/10/2025): A empresa admitiu que o veículo estava em suas dependências para reparos nos freios e que o utilizou para um deslocamento até Major Vieira. Justificou o ato como uma "realização de testes" que exigia rodagem, "otimizando o tempo" para entregar uma peça à prefeitura vizinha. Anexou sua Ordem de Serviço interna (nº 1234, com data de emissão 05/08/2025), que mencionava "OS MAX FROTA: 1015912".
- Defesa da MAXIFROTA (via Notificação nº 3/2025): A empresa apresentou sua defesa técnica, detalhada na seção seguinte.
- Resposta da Sec. de Assistência Social (Ofício nº 134/2025): A Secretaria informou que o serviço foi originalmente levado pela Secretaria de Saúde. Crucialmente, admitiu que a Ordem de Serviço foi realizada pela Assistência Social somente em 17 de setembro de 2025, após o serviço já ter sido efetuado pela Dyzel Pikap.

c) Ata da 3ª Reunião (20/10/2025): Deliberação pelo envio de ofício ao Secretário de Saúde para identificar formalmente o servidor responsável pela gestão da frota daquela pasta.

d) Ata da 4ª Reunião (04/11/2025): Realização da oitiva da Sra. Jane Eufrasio, Responsável pela Frota Municipal. A sessão contou com a participação remota de representantes da MAXIFROTA (Sr. Edson Praxedes e Sra. Luciane Olga).

3. Análise dos Fatos e Fundamentação

3.1. A investigação desta Comissão baseou-se no conflito entre os documentos apresentados e a defesa técnica da empresa processada.

a. A Irregularidade Municipal e da Oficina

Ficou comprovado que a irregularidade de fato ocorreu. A Oficina Dyzel Pikap admitiu ter executado um serviço no veículo em 05/08/2025 e ter usado o bem público para fins particulares (entrega em Major Vieira), sob a justificativa de "teste de rodagem".

A Secretaria de Assistência Social, por sua vez, confessou que o procedimento administrativo padrão foi violado, ao tentar emitir uma Ordem de Serviço somente em 17 de setembro de 2025, mais de um mês *após* a execução do serviço (05/08/2025) e a ocorrência do uso indevido.

b. A Defesa Técnica da MAXIFROTA

A defesa apresentada pela MAXIFROTA foi considerada tecnicamente robusta e decisiva para a conclusão deste processo. A empresa demonstrou que:

a) O Sistema é um Intermediário: O sistema Maxifrota atua como uma plataforma de intermediação e gestão, sendo responsabilidade do gestor municipal (servidor designado) registrar a solicitação, aprovar orçamentos e gerar a Ordem de Serviço *antes* da execução.

b) Serviço Realizado Fora do Sistema: A MAXIFROTA afirmou que qualquer serviço realizado "por fora" do fluxo eletrônico não pode ser reconhecido, validado ou pago pela plataforma.

c) Inexistência da OS Investigada: A empresa realizou busca em seus registros e não localizou qualquer Ordem de Serviço (OS) nº 1045912, que era o número alegado na investigação inicial e citado pela Assistência Social.

d) Serviço Diverso no Período: A MAXIFROTA *encontrou* registros de cotações para o veículo SXD0D71 em julho de 2025. No entanto, a cotação da Dyzel Pikap (nº 989251) não foi aprovada. O serviço de manutenção daquele período foi, na verdade, executado pela oficina Auto Elétrica Cardoso (Cotação nº 989265), devidamente aprovado pela gestora "Jane.Papanduva" e finalizado em 04 de agosto de 2025 — um dia *antes* do incidente em Major Vieira.

e) Trava de Segurança (Ponto Crucial): Em resposta direta ao questionamento da Comissão, a MAXIFROTA foi categórica ao afirmar que seu sistema possui uma "trava sistêmica automática" que impede tecnicamente a emissão de Ordens de Serviço com datas retroativas.

c. Confronto das Informações

Ao confrontar os fatos, a Comissão concluiu que:

- a) Servidores municipais (Saúde e/ou Assistência Social) e a oficina Dyzel Pikap agiram em desacordo com o contrato de gestão de frota, realizando um serviço sem a prévia OS sistêmica.
- b) A confissão da Secretaria de Assistência Social (de que tentou emitir a OS em 17/09/2025) corrobora a defesa da Maxifrota.
- c) A tentativa de "regularização" retroativa falhou. O fato de a MAXIFROTA não ter registro da OS e a Dyzel Pikap apresentar documentos com números de OS conflitantes (ora 1015912, ora 1015012) sugere que a OS nunca foi, de fato, validada e paga pela plataforma.
- d) Isso não demonstra uma falha do sistema Maxifrota, mas sim o exato oposto: os controles de segurança da plataforma (a trava anti-retroatividade) funcionaram corretamente, impedindo que a irregularidade administrativa fosse consolidada financeiramente através do sistema.

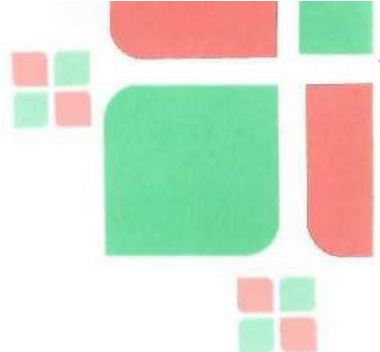
4. Conclusão

4.1. Diante de todo o exposto, com base na análise dos documentos acostados, nas defesas técnicas apresentadas e na oitiva realizada, esta Comissão conclui por unanimidade que:

- a) Ficou comprovada a irregularidade na execução de serviços de manutenção no veículo de placa SXD0D71 pela oficina Dyzel Pikap Ltda., em 05 de agosto de 2025, sem a prévia e obrigatória Ordem de Serviço emitida no sistema de gestão.
- b) Ficou comprovado o uso indevido do referido veículo para fins particulares (transporte de mercadorias) pela oficina Dyzel Pikap Ltda. no mesmo dia.
- c) A responsabilidade por essas irregularidades recai sobre a conduta dos agentes municipais responsáveis pela gestão da frota na ocasião (que falharam em seguir o procedimento de contratação) e sobre a oficina credenciada (que executou o serviço sem autorização sistêmica e utilizou indevidamente o bem público).
- d) Não há elementos que comprovem dolo, culpa, conivência ou falha processual por parte da empresa MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA.



PREFEITURA DE
Papanduva
O Município que cresce para Todos



e) As evidências demonstram que os controles sistêmicos da plataforma da processada funcionaram adequadamente, em especial a trava de segurança que impede a emissão de ordens de serviço retroativas, o que preveniu a tentativa de regularização posterior admitida pela Secretaria de Assistência Social.

4.2. Pelo exposto, esta Comissão opina pelo arquivamento do presente Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) em face da empresa MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA, por não se vislumbrar responsabilidade da mesma nos fatos apurados.

5. Encaminhamentos

5.1. Recomenda-se:

a) O arquivamento deste Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) em relação à empresa MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA.

b) O envio de cópia integral deste Relatório ao Gabinete do Prefeito e à Procuradoria Geral do Município para ciência e para a adoção das seguintes medidas:

- o Abertura de procedimento administrativo para apurar a conduta dos servidores municipais envolvidos na autorização e tentativa de regularização do serviço.
- o Abertura de procedimento de avaliação da conduta da empresa credenciada Dyzel Pikap Ltda. (CNPJ 52.561.355/0001-53), em face da execução de serviço sem OS e do uso indevido de veículo público.

Papanduva/SC, 10 de novembro de 2025.

Izaque Barbosa Fernandes *Presidente da Comissão*

Izaque B. Fernandes

Ricardo Tomporoski Jacobs *Membro da Comissão*

Ricardo Tomporoski Jacobs

Ethan Horta Faccioli Pereira *Secretário da Comissão*

Ethan Horta Faccioli Pereira

